



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**PAUTA PREVISTA PARA:
2 A 6 DE DEZEMBRO DE 2019
(Sujeita a alterações)**

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
Coordenação de Apoio ao Plenário
Telefones: (0xx61) 3216-1144 / 1145 / 1146**

**2/12/2019
(SEGUNDA-FEIRA)**

**SESSÃO SOLENE
(NÃO DELIBERATIVA)
(ÀS 11 HORAS)**

HOMENAGEM AOS POLICIAIS FEDERAIS

**2/12/2019
(SEGUNDA-FEIRA)**

**SESSÃO DE DEBATES
(NÃO DELIBERATIVA)
(ÀS 14 HORAS)**

**2/12/2019
(SEGUNDA-FEIRA)**

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
(DELIBERATIVA)
(ÀS 18 HORAS)**

ORDEM DO DIA

MATÉRIA SOBRE A MESA

- I. **Requerimento nº 1.912/19**, dos Srs. Líderes, que requer, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação do **Projeto de Lei nº 10.454, de 2018**, do Senado Federal, que **institui normas gerais para a revitalização da bacia hidrográfica do rio Parnaíba. (T 62 e T 64)**
MATÉRIA SUJEITA A SOBRESTAMENTO
- II. **Requerimento nº 2.287/19**, dos Srs. Líderes, que requer, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação do **Projeto de Lei nº 9.356, de 2017**, do Sr. Carlos Marun, que **atribui fé pública às carteiras de identidade emitidas pela Câmara dos Deputados e Senado Federal. (T 62 e T 64)**
MATÉRIA SUJEITA A SOBRESTAMENTO
- III. **Requerimento nº 2.638/19**, dos Srs. Líderes, que requer, nos termos do artigo 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação do **Projeto de Lei nº 8.254 de 2014**, do Senado Federal, que **concede pensão especial aos ex-integrantes do “Batalhão Suez”. (T 62 e T 64)**
MATÉRIA SUJEITA A SOBRESTAMENTO
- IV. **Requerimento nº 2.752/19**, dos Srs. Líderes, que requer, nos termos do artigo 155 do

Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação do **Projeto de Lei nº 7.354, de 2017**, do Senado Federal, que **altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, que dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, para garantir a realização de ultrassonografia mamária. (T 62 e T 64)**

MATÉRIA SUJEITA A SOBRESTAMENTO

V. **Requerimento nº 3.043/19**, dos Srs. Líderes, que requer nos termos do artigo 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, regime de urgência para apreciação do **Projeto de Decreto Legislativo nº 703, de 2019**, do Sr. Arthur Lira, **que susta os efeitos do art. 39 da Resolução nº 23.571, de 29 de maio de 2018, expedida pelo Tribunal Superior Eleitoral, que estabelece o prazo de 180 (cento e oitenta) dias de vigência para as anotações relativas aos órgãos provisórios dos partidos políticos. (NT 62 e NT 64)**

MATÉRIA SUJEITA A SOBRESTAMENTO

VI. **Recurso nº 334/18**, do Sr. Arnaldo Faria de Sá e outros, que recorre contra apreciação conclusiva pelas comissões ao **Projeto de Lei nº 6.088, de 2016**, do Poder Executivo, **que altera a Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012, para permitir que planos de benefícios estaduais, distritais e municipais possam ser administrados pela Funpresp-Exe, e a Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, para tratar sobre a emissão de Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP.**

URGÊNCIA

(Art. 155 do Regimento Interno)

Votação

1

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 461-A, DE 2017 (DO SENADO FEDERAL)

Votação em turno único, do Projeto de Lei Complementar nº 461-A, de 2017, que **dispõe sobre o padrão nacional de obrigação acessória do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), de competência dos Municípios e do Distrito Federal, incidente sobre os serviços descritos nos subitens 4.22, 4.23, 5.09, 10.04, 15.01 e 15.09 da lista de serviços anexa à Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003**, tendo parecer proferido em Plenário pela Comissão Especial, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação deste e do de nº 485/18, apensado, na forma do Substitutivo apresentado (Relator: Dep. Herculano Passos). **(NT 62 e T 64)**

Tendo apensado o PLP nº 485/18.

APROVADO O RQU Nº 8.633/18, EM 23/05/18.

**3/12/2019
(TERÇA-FEIRA)**

**SESSÃO SOLENE
(NÃO DELIBERATIVA)
(ÀS 9 HORAS)**

**COMEMORAÇÃO AOS 25 ANOS DA KORIN E DA DIFUSÃO DA AGRICULTURA NATURAL
NO BRASIL**

**3/12/2019
(TERÇA-FEIRA)**

**SESSÃO DO CONGRESSO NACIONAL
NO PLENÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
(ÀS 11 HORAS)**

**DESTINADA À DELIBERAÇÃO DOS DESTAQUES AOS VETOS NºS 35 e 44, DE 2019, E
DOS PROJETOS DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL NºS 48, 46, 42, 50, 25, 26, 35, 37,
44, 47, 33, 24, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 36, 39, 40, 43, 10 e 15, de 2019.**

**3/12/2019
(TERÇA-FEIRA)**

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
(DELIBERATIVA)
(APÓS A SESSÃO DO CONGRESSO NACIONAL)**

ORDEM DO DIA

PROPOSIÇÕES REMANESCENTES DO DIA ANTERIOR

E

URGÊNCIA
(Art. 62, § 6º da Constituição Federal)

Discussão

1
**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 891, DE 2019
(DO PODER EXECUTIVO)**

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 891, de 2019, que altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social, e a Lei nº 13.846, de 18 de junho de 2019, que institui o Programa Especial para Análise de Benefícios com Indícios de Irregularidade, o Programa de Revisão de

Benefícios por Incapacidade, o Bônus de Desempenho Institucional por Análise de Benefícios com Índícios de Irregularidade do Monitoramento Operacional de Benefícios e o Bônus de Desempenho Institucional por Perícia Médica em Benefícios por Incapacidade; tendo parecer da Comissão Mista pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito pela aprovação desta e da Emenda nº 8, na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 28, de 2019; e pela rejeição das Emendas de nºs 1 a 7 e 9 a 20 (Relator: Dep. Fernando Rodolfo).

PRAZO NA CÂMARA: 02/09/2019

PASSA A SOBRESTAR A PAUTA EM: 20/09/2019

PRAZO DO CONGRESSO NACIONAL: 04/10/2019

PRORROGAÇÃO PELO CONGRESSO NACIONAL: 03/12/2019

COMISSÃO MISTA: Declaração incidental de inconstitucionalidade do art. 5º, caput, art. 6º, §§ 1º e 2º, da Resolução do Congresso Nacional nº 1/2002, com eficácia ex nunc - Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.029 (DOU de 16/3/12).

AGUARDANDO LEITURA EM PLENÁRIO DO OFÍCIO DE ENCAMINHAMENTO

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 892, DE 2019
(DO PODER EXECUTIVO)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 892, de 2019, que altera a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e a Lei nº 13.043, de 13 de novembro de 2014, para dispor sobre **publicações empresariais obrigatórias**; tendo parecer da Comissão Mista, pela inconstitucionalidade, e, no mérito, pela rejeição (Relatora: Sen. Rose de Freitas). A Emenda nº 11 foi retirada pelo autor.

PRAZO NA CÂMARA: 02/09/2019

PASSA A SOBRESTAR A PAUTA EM: 20/09/2019

PRAZO DO CONGRESSO NACIONAL: 04/10/2019

PRORROGAÇÃO PELO CONGRESSO NACIONAL: 03/12/2019

COMISSÃO MISTA: Declaração incidental de inconstitucionalidade do art. 5º, caput, art. 6º, §§ 1º e 2º, da Resolução do Congresso Nacional nº 1/2002, com eficácia ex nunc - Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.029 (DOU de 16/3/12).

AGUARDANDO LEITURA EM PLENÁRIO DO OFÍCIO DE ENCAMINHAMENTO

3

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 893, DE 2019
(DO PODER EXECUTIVO)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 893, de 2019, que **transforma o Conselho de Controle de Atividades Financeiras na Unidade de Inteligência Financeira**; tendo parecer da Comissão Mista, pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação desta e das Emendas de nºs 2, 5 e 35; pela aprovação parcial das Emendas de nºs 1, 3, 7, 9, 10, 13 a 15, 17, 19, 20, 22 a 25, 27 a 31, 37, 38, 41, 44 a 50, 52 a 54, 58 a 62, 65, 66 e 70, na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 27, de 2019; e pela rejeição das Emendas de nºs 4, 6, 8, 11, 12, 16, 18, 21, 26, 32 a 34, 36, 39, 40, 42, 43, 51, 55 a 57, 63, 64 e 67 a 69 (Relator: Dep. Reinhold Stephanes Junior).

PRAZO NA CÂMARA: 16/09/2019

PASSA A SOBRESTAR A PAUTA EM: 04/10/2019

PRAZO DO CONGRESSO NACIONAL: 18/10/2019

PRORROGAÇÃO PELO CONGRESSO NACIONAL: 17/12/2019

COMISSÃO MISTA: Declaração incidental de inconstitucionalidade do art. 5º, caput, art. 6º, §§ 1º e 2º, da Resolução do Congresso Nacional nº 1/2002, com eficácia ex nunc - Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.029 (DOU de 16/3/12).

AGUARDANDO LEITURA EM PLENÁRIO DO OFÍCIO DE ENCAMINHAMENTO

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 894, DE 2019
(DO PODER EXECUTIVO)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 894, de 2019, que **institui pensão especial destinada a crianças com microcefalia decorrente do Zika Vírus, nascidas entre 1º de janeiro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada**; tendo parecer da Comissão Mista, pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação desta, acolhida a Emenda nº 128 e acolhidas parcialmente as Emendas de nºs 24, 35, 73 e 127, na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 26, de 2019; e, pela rejeição das Emendas de nºs 1 a 23, 25 a 34, 36 a 72, 74 a 126 e 129 a 144 (Relator: Sen. Izalci Lucas).

PRAZO NA CÂMARA: 02/10/2019

PASSA A SOBRESTAR A PAUTA EM: 20/10/2019

PRAZO DO CONGRESSO NACIONAL: 03/11/2019

PRORROGAÇÃO PELO CONGRESSO NACIONAL: 12/02/2020

COMISSÃO MISTA: Declaração incidental de inconstitucionalidade do art. 5º, caput, art. 6º, §§ 1º e 2º, da Resolução do Congresso Nacional nº 1/2002, com eficácia ex nunc - Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.029 (DOU de 16/3/12).

AGUARDANDO LEITURA EM PLENÁRIO DO OFÍCIO DE ENCAMINHAMENTO

URGÊNCIA

(Art. 155 do Regimento Interno)

Discussão

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 459-B, DE 2017
(DO SENADO FEDERAL)

Continuação da discussão, em turno único, do Projeto de Lei Complementar nº 459-B, de 2017, que altera a Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964, para dispor sobre a cessão de direitos creditórios originados de créditos tributários e não tributários dos entes da Federação, e a Lei n. 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), **para prevenir o protesto extrajudicial como causa de interrupção da prescrição e para autorizar a administração tributária a requisitar informações a entidades e órgãos públicos ou privados**; tendo parecer proferido em Plenário: da Comissão de Finanças e Tributação, pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação, com emendas (Relator: Dep. André Figueiredo); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, que conclui pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e das emendas da Comissão de Finanças e Tributação (Relator: Dep. André Figueiredo); e tendo parecer reformulado proferido em Plenário: da Comissão de Finanças e Tributação, não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação (Relator: Dep. Alexandre Leite); e da pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, que conclui pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. Alexandre Leite). **(NT 62 e T 64)**

APROVADO O RQU Nº 9.249/18, EM 20/11/18.

PROJETO DE LEI N.º 6.969-B, DE 2013
(DO SRS. SARNEY FILHO E ALESSANDRO MOLON)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 6.969-B, de 2013, que **institui a Política Nacional para a Conservação e o Uso Sustentável do Bioma Marinho Brasileiro (PNCMar)** e dá outras providências; tendo parecer: da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, pela rejeição (Relator: Dep. Alexandre Baldy); e da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, pela aprovação, com substitutivo (Relator: Dep. Alessandro Molon). Pendente de parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. **(NT 62 e T 64)**

APROVADO O RQU Nº 8.795/18, EM 06/06/18.

PROJETO DE LEI Nº 7.223-B, DE 2006
(DO SENADO FEDERAL)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 7.223-B, de 2006, que altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, Lei de Execução Penal, e a Lei nº 10.792, de 1º de dezembro de 2003, **para criar o regime penitenciário de segurança máxima;** tendo parecer da Comissão Especial pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação deste, dos de nºs 7.035/06, 141/07, 605/07, 1.054/07, 1.993/07, 2.372/07, 2.568/07, 6.123/09, 592/11, 2.482/11, 4.513/12, 5.183/13, 5.437/13, 1.781/15, 2.688/15, 6.177/16, 909/07, 457/07, 973/07, 4.563/08, 6.337/09, 7.878/10, 775/15, 4.491/16, 7.297/17, 5.926/16, 5.319/13, 1.300/15, 5.019/16, 6.110/16, 2.689/15, 4.656/16, 1.281/15, 1.845/15, 3.019/15, 3.663/15, 6.815/17, 4.432/16, 5.062/16, e 5.936/16, apensados, com substitutivo (Relator: Dep. Subtenente Gonzaga). **(NT 62 e T 64)**

Tendo apensados (62) os PLs nºs 7.035/06, 141/07, 457/07, 605/07, 909/07, 973/07, 1.054/07, 1.993/07, 2.372/07, 2.568/07, 4.563/08, 6.123/09, 6.337/09, 7.878/10, 592/11, 2.482/11, 4.513/12, 5.183/13, 5.319/13, 5.437/13, 775/15, 1.281/15, 1.300/15, 1.781/15, 1.845/15, 2.688/15, 2.689/15, 3.663/15, 4.432/16, 4.491/16, 4.656/16, 5.019/16, 5.936/16, 6.110/16, 6.177/16, 6.815/17, 7.297/17, 9.047/17, 9.101/17, 9.461/17, 9.546/18, 10.741/18, 10.743/18, 10.905/18, 10.936/18, 5/19, 521/19, 1.002/19, 1.053/19, 1.474/19, 1.677/19, 1.871/19, 2.174/19, 2.227/19, 2.995/19, 3.702/19, 3.779/19, 3.927/19, 4.332/19, 4.745/19, 5.511/19 e 5.685/19.

APROVADO O RQU Nº 7.635/17, EM 27/11/18.

PROJETO DE LEI Nº 550, DE 2019
(DO SENADO FEDERAL)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 550, de 2019, que altera a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010 (**Lei de Segurança de Barragens**), para reforçar a efetividade da **Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB)**; a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997 (Lei das Águas), para **dotar de novos instrumentos o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), no exercício de sua atribuição de zelar pela implementação da PNSB**; a Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, para **instituir o pagamento da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) em caso de suspensão da produção devido a acidente ou rompimento de barragem**; a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), para **classificar como hediondo o crime de poluição ambiental com resultado morte**; a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei dos Crimes Ambientais), para **tipificar o crime de poluição com resultado morte e determinar que, em situação de acidente, a multa por infração ambiental seja revertida à região afetada**; a Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989 (Lei do Fundo Nacional do Meio Ambiente), para **incluir, entre as aplicações financeiras prioritárias, a recuperação de áreas degradadas por acidentes ou desastres ambientais**; e a Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 (Lei da Defesa Civil), para **determinar ao Sinpdec a manutenção de canal de**

comunicação para o recebimento de denúncias e informações relacionadas à segurança de barragens. Pendente de parecer da Comissão Especial. **(NT 62 e T 64)**

Tendo apensados (14) os PLs nºs 1.486/07, 6.091/13, 29/15, 3.598/15, 3.976/15, 5.695/16, 516/19, 968/19, 1.130/19, 1.770/19, 2.495/19, 2.789/19, 2.915/19 e 4.299/19.

APROVADO O RQU N° 1.572/19, EM 05/06/19, APRESENTADO AO PL 2.789/19, APENSADO.

9

PROJETO DE LEI N° 1.685-B, DE 2011
(DO SR. EROS BIONDINI)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei n° 1.685-B, de 2011, que **autoriza transferência, a título de contribuição de capital, mediante celebração de convênios entre a União e as Associações de Proteção e Assistência aos Condenados - APACs, em atenção ao disposto no §6º do art. 12 da Lei n° 4.320, de 17 de março de 1964;** tendo parecer: da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, pela aprovação (Relator: Dep. Junji Abe); e da Comissão de Finanças e Tributação, pela compatibilidade financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo (Relator: Dep. Celso Sabino). Pendente de parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. **(T 62 e T 64)**

APROVADO O RQU N° 2.070/19, EM 10/09/19.

MATÉRIA SUJEITA A SOBRESTAMENTO

10

PROJETO DE LEI N° 3.443, DE 2019
(DO SR. TIAGO MITRAUD E OUTROS)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei n° 3.443, de 2019, que **dispõe sobre a Prestação Digital dos Serviços Públicos na Administração Pública - Governo Digital.** Pendente de parecer das Comissões de: Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática; de Trabalho, de Administração e Serviço Público; Finanças e Tributação; e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. **(T 62 e T 64)**

Tendo apensado o PL n° 4.797/19.

APROVADO O RQU N° 2.568/19, EM 16/10/19.

MATÉRIA SUJEITA A SOBRESTAMENTO

11

PROJETO DE LEI N° 5.385, DE 2019
(DO SR. PAULO GANIME)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei n° 5.385, de 2019, que **altera o art. 311 do Decreto-lei n° 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para dispor sobre adulteração de sinal identificador de veículo.** Pendente de parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. **(NT 62 e T 64)**

APROVADO O RQU N° 2.639/19, EM 16/10/19.

12

PROJETO DE LEI N° 6.229-B, DE 2005
(DO SR. MEDEIROS)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei n° 6.229-B, de 2005, que **altera o § 7º do art. 6º da Lei n° 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que "Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária", para submeter todos os créditos tributários à recuperação judicial;** tendo parecer da Comissão Especial, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação na forma do Substitutivo apresentado (Relator: Dep. Hugo Leal). **(NT 62 e T 64)**

Tendo apensados (31) os PLs nºs 7.604/06, 4.130/08, 4.359/08, 4.586/09, 5.089/09, 5.704/09, 6.367/09, 7.976/14, 140/15, 2.212/15, 3.110/15, 4.593/16, 5.781/16, 6.150/16, 6.862/17, 7.044/17, 7.209/17, 8.252/17, 8.924/17, 9.722/18, 10.220/18, 10.858/18, 10.859/18, 11.000/18, 3.164/19, 4.270/19, 5.631/19, 5.760/19, 5.823/19, 5.839/19 e 5.916/19.

APROVADO O RQU N° 2.763/19, EM 30/10/19.

13

PROJETO DE LEI N° 4.348-A, DE 2019
(DO SR. SILAS CÂMARA)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei n° 4.348-A, de 2019, que **altera a Lei n. 11.952, de 25 de junho de 2009, no seu Art. 40-A**; tendo parecer da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, pela aprovação (Relatora: Dep. Silvia Cristina). Pendente de parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. **(Regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal). (T 62 e T 64)**

APROVADO O RQU N° 2.164/19, EM 30/10/19.

MATÉRIA SUJEITA A SOBRESTAMENTO

14

PROJETO DE LEI N° 10.940, DE 2018
(DO SENADO FEDERAL)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei n° 10.940, de 2018, que **altera a Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, para definir os títulos e os documentos de dívida suscetíveis de protesto; e revoga dispositivo da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996. (T 62 e T 64)**

APROVADO O RQU N° 1.442/19, EM 06/11/19.

MATÉRIA SUJEITA A SOBRESTAMENTO

15

PROJETO DE LEI N° 3.444, DE 2019
(DO SR. TIAGO MITRAUD E OUTROS)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei n° 3.444, de 2019, que **Altera a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, para permitir a alienação do controle acionário em casos de fraude à licitação**. Pendente de parecer das Comissões de: Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços; e Constituição e Justiça e de Cidadania. **(NT 62 e T 64)**

Tendo apensados (2) os PLs nºs 4.777/19 e 4.798/19

APROVADO O RQU N° 2.569/19, EM 06/11/19.

16

PROJETO DE LEI N° 1.615, DE 2019
(DO SENADO FEDERAL)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei n° 1.615, de 2019, que **classifica a visão monocular como deficiência sensorial, do tipo visual**. Pendente parecer das Comissões de: Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência; Seguridade Social e Família; e Constituição e Justiça e de Cidadania. **(T 62 e T 64)**

Tendo apensados (4) os PLs nºs 1.266/19, 1.694/19, 3.223/19 e 5.403/19.

APROVADO O RQU N° 2.939/19, EM 27/11/19.

MATÉRIA SUJEITA A SOBRESTAMENTO

17

PROJETO DE LEI N° 3.047-A, DE 2019
(DA SRA. DANIELA DO WAGUINHO)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei n° 3.047, de 2019, **que institui o dia 13 de março como Dia Nacional de Luta contra a Endometriose e a Semana Nacional de Educação Preventiva e de Enfrentamento à Endometriose, a ser realizada anualmente na semana que inclui o dia 13 de março**; tendo parecer da Comissão de Seguridade Social e Família, pela aprovação (Relator: Dep. Luiz Lima). Pendente parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. **(T 62 e T 64)**

APROVADO O RQU N° 2.751/19, EM 27/11/19.

MATÉRIA SUJEITA A SOBRESTAMENTO

18

PROJETO DE LEI N° 5.815, DE 2019
(DO SR. MARCELO CALERO)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei n° 5.815, de 2019, que **prorroga o prazo para utilização do Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (RECINE) e os benefícios fiscais previstos nos arts. 1º e 1º-A da Lei n° 8.685, de 20 de julho de 1993, e no art. 44 da Medida Provisória n° 2.228-1, de 6 de setembro de 2001**. Pendente de parecer das Comissões: de Cultura; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. **(T 62 e T 64)**

APROVADO O RQU N° 3.025/19, EM 27/11/19

MATÉRIA SUJEITA A SOBRESTAMENTO

URGÊNCIA

(Art. 154 do Regimento Interno)

Discussão

19

PROJETO DE LEI N.º 7.843-C, DE 2017
(DO SR. ALESSANDRO MOLON)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei n° 7.843-C, de 2017, que **institui regras e instrumentos para a eficiência pública**; tendo parecer: da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, pela aprovação, com emendas (Relator: Dep. Arolde De Oliveira); da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação deste e das emendas da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, com substitutivo (Relator: Dep. André Figueiredo); e da Comissão de Finanças e Tributação, pela adequação financeira e orçamentária deste, das Emendas n°s 1 a 5, da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática e do Substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e de Serviço Público (Relator: Dep. Felipe Rigoni). Pendente de parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. **(T 62 e T 64)**

APROVADO O RQU N° 7.844/17, EM 16/10/19.

MATÉRIA SUJEITA A SOBRESTAMENTO

20

PROJETO DE LEI N° 3.261-A, DE 2019
(DO SENADO FEDERAL)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei n° 3.261-A, de 2019, **que atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei n° 11.445, de 5 de janeiro de 2007 (Lei do Saneamento Básico), para aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País, a Lei n° 13.529, de 4 de dezembro de 2017, para autorizar a União a participar de fundo com a finalidade exclusiva de financiar serviços técnicos especializados, a Lei n°**

11.107, de 6 de abril de 2005 (Lei de Consórcios Públicos), para vedar a prestação por contrato de programa dos serviços públicos de que trata o art. 175 da Constituição Federal, a Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015 (Estatuto da Metrópole), para estender seu âmbito de aplicação às microrregiões, e a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 (Lei de Resíduos Sólidos), para tratar de prazos para a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos; tendo parecer da Comissão Especial pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação deste e dos de nºs 10.996/18, 3.070/19, 3.189/19, 3.239/19, 3.343/19, 3.620/19, 3.770/19 e 4.162/19, apensados, com substitutivo (Relator: Dep. Geninho Zuliani). **(NT 62 e T 64)**

Tendo apensados (9) os PLs nºs 10.996/18, 3.070/19, 3.189/19, 3.239/19, 3.343/19, 3.620/19, 3.770/19, 4.162/19 e 5.803/19.

APROVADO O RQU N° 3.024/19, EM 27/11/19.

URGÊNCIA

(Art. 151, I, "j", do Regimento Interno)

Discussão

21

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 657-A, DE 2019

(DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 657-A, de 2019, que **aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Novo Banco de Desenvolvimento relativo à Sede do Escritório Regional das Américas do Novo Banco de Desenvolvimento na República Federativa do Brasil, celebrado em Joanesburgo, República da África do Sul, em 26 de julho de 2018;** tendo parecer da Comissão de Finanças e Tributação, pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária, e, no mérito, pela aprovação (Relator, Dep. Sergio Souza); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. Felipe Francischini). **(NT 62 e NT 64)**

22

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 1.158-A, DE 2018

(DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº1.158-A, de 2018, que **aprova o texto do Acordo Constitutivo do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (BAII), celebrado em Pequim, em 29 de junho de 2015, juntamente com a documentação complementar ao texto do Acordo Constitutivo do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (BAII), celebrado em Pequim, República Popular da China, em 29 de junho de 2015;** tendo parecer das Comissões: de Finanças e Tributação, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação (relator: Dep. Hildo Rocha); de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. Rubens Bueno). Pendente de parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços. **(NT 62 e NT 64)**
Avocado nos termos do art. 52, § 6, do RICD.

**4/12/2019
(QUARTA-FEIRA)**

**SESSÃO SOLENE
(NÃO DELIBERATIVA)
(ÀS 9 HORAS)**

**HOMENAGEM AOS 25 ANOS DO FALECIMENTO DO CANTOR E COMPOSITOR TOM
JOBIM**

**4/12/2019
(QUARTA-FEIRA)**

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
(DELIBERATIVA)
(ÀS 11 HORAS)**

ORDEM DO DIA

PROPOSIÇÕES REMANESCENTES DO DIA ANTERIOR

**5/12/2019
(QUINTA-FEIRA)**

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
(DELIBERATIVA)
(ÀS 9 HORAS)**

ORDEM DO DIA

PROPOSIÇÕES REMANESCENTES DO DIA ANTERIOR

**5/12/2019
(QUINTA-FEIRA)**

**SESSÃO SOLENE
(NÃO DELIBERATIVA)
(ÀS 11 HORAS)**

**HOMENAGEM AO DIA DAS ASSOCIAÇÕES DE PAIS E AMIGOS EXCEPCIONAIS -
APAES**

**5/12/2019
(QUINTA-FEIRA)**

**SESSÃO DE DEBATES
(NÃO DELIBERATIVA)
(ÀS 14 HORAS)**

**6/12/2019
(SEXTA-FEIRA)**

**SESSÃO DE DEBATES
(NÃO DELIBERATIVA)
(ÀS 9 HORAS)**

**6/12/2019
(SEXTA-FEIRA)**

**SESSÃO SOLENE
(NÃO DELIBERATIVA)
(ÀS 15 HORAS)**

HOMENAGEM AO DIA INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS
